

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 7920/2018

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº URB/21860/CFI e parecer técnico nº 9520/2018, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	LIN LEI COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		
ENDEREÇO:	AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, ATÉ 1231 - LADO ÍMPAR, 451, PRAIA DOS AMORES,		
CEP:	88331-490	MUNICÍPIO:	BALNEÁRIO CAMBORIÚ ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	02.997.218/0001-98		

Para Atividade de

ATIVIDADE:	71.11.06 - CONDOMÍNIOS COMERCIAIS HORIZONTAIS OU VERTICAIS LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES
EMPREENHIMENTO:	LIN LEI COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS

Localizada em

ENDEREÇO:	AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, ATÉ 1231 - LADO ÍMPAR, 451, PRAIA DOS AMORES		
CEP:	88331-490	MUNICÍPIO:	BALNEÁRIO CAMBORIÚ ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 734337.21 - UTM Y 7015759.33		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 475921

CÓDIGO: 223027

N/A.

Condições de validade

1. Descrição do empreendimento

Zoneamento Urbano: O imóvel abrange as zonas ZAN I, ZAN III e ZACER, sendo que a edificação se encontra na ZACER - Zona de Ambiente Construído Controlado Qualificado e de Baixa Densidade.

Área do terreno: 71.317,69m²

Registro do Imóvel: Matrícula nº 93.495 do 1º Registro de Imóveis de Balneário Camboriú

Área construída: 4.519,00 m²

Galpões: 1,2 e 3 com área construída de 1.976,16m² localizado no extremo norte do terreno; 04 e 05 com área construída de 1.618,12 m² localizado no extremo oeste do terreno o; 06 com área construída de 924,88m² localizado no extremo sul do terreno.

Abastecimento O serviço de abastecimento de água é realizado pela concessionária EMASA - Empresa Municipal de Água e Saneamento.

2. Controles ambientais

2.1 Efluentes Líquidos: Os efluentes domésticos gerados pelo empreendimento na fase de operação serão encaminhados para caixas de inspeção, e posteriormente lançados na rede pública coletora de esgoto municipal, sendo encaminhados até a Estação de Tratamento de Efluentes - ETE da EMASA.

2.2 Drenagem Pluvial: Foi apresentado projeto de reutilização de águas pluviais para o empreendimento, previsto para os galpões 01, 02 e 03, onde a água drenada da área de cobertura é encaminhada a um reservatório de água não potável para posterior reuso, o excedente é encaminhado à rede pluvial. Foi adotado o volume de 5 mil litros de reservatório, tendo em vista o uso exclusivo para limpeza de áreas externas e irrigação.

3. Programas ambientais**3.1 Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**

Os resíduos gerados durante a operação deverão ser gerenciados de modo a contribuir à coleta seletiva municipal, de acordo com a Lei Federal 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos regulamentada pelo Decreto Federal 7.404/10.

Deverão ser acondicionados os resíduos sólidos em tambores, segregados em Resíduos Recicláveis e Não Recicláveis. Os resíduos inorgânicos recicláveis deverão ser encaminhados para a coleta seletiva municipal. Deverão ser dispostos nas áreas comuns do empreendimento informativos sensibilizando os usuários sobre a correta segregação de resíduos e encaminhamento dos recicláveis à coleta seletiva, indicando horário e frequência de atendimento da coleta no estabelecimento.

3.2 Programa de Conscientização do Uso Racional da Água

Deverão ser dispostos nas áreas comuns do empreendimento informativos sensibilizando os usuários sobre a correta utilização da água, incentivando sua racionalização.

O empreendimento deverá estar de acordo com o Programa Municipal de Conservação e Uso Racional da Água em Edificações, assim como o disposto na Lei Municipal nº 3533/2012 .

4. Condições específicas

4.1 O empreendedor deverá elaborar um comunicado aos responsáveis das atividades comerciais

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.

LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº 7920/2018

O Instituto do Meio Ambiente - IMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do artigo 7º da Lei Estadual Nº 14.675 de 2009, com base no processo de licenciamento ambiental nº URB/21860/CFI e parecer técnico nº 9520/2018, concede a presente **LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO** à :

Empreendedor

NOME:	LIN LEI COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA		
ENDEREÇO:	AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, ATÉ 1231 - LADO ÍMPAR, 451, PRAIA DOS AMORES,		
CEP:	88331-490	MUNICÍPIO:	BALNEÁRIO CAMBORIÚ ESTADO: SC
CPF/CNPJ:	02.997.218/0001-98		

Para Atividade de

ATIVIDADE: 71.11.06 - CONDOMÍNIOS COMERCIAIS HORIZONTAIS OU VERTICAIS LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS ONDE SE OBSERVE PELO MENOS UMA DAS SEGUINTESS CONDIÇÕES

EMPREENDIMENTO: LIN LEI COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS

Localizada em

ENDEREÇO:	AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, ATÉ 1231 - LADO ÍMPAR, 451, PRAIA DOS AMORES		
CEP:	88331-490	MUNICÍPIO:	BALNEÁRIO CAMBORIÚ ESTADO: SC
COORDENADA PLANA:	UTM X 734337.21 - UTM Y 7015759.33		

Da operação

A presente Licença, concebida com base nas informações apresentadas pelo interessado, declara a **viabilidade de operação** do empreendimento, equipamento ou atividade, quanto aos aspectos ambientais, e não dispensa nem substitui alvarás ou certidões de qualquer natureza, exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Condições gerais

- I. Quaisquer alterações nas especificações dos elementos apresentados no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser precedidas de anuência do IMA.
- II. O IMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condições de validade, suspender ou cancelar a presente licença, caso ocorra:
 - Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição da presente licença;
 - A superveniência de graves riscos ambientais e/ou de saúde pública;
 - Violação ou inadequação de quaisquer condições de validade da licença ou normas legais.
- III. A publicidade desta licença deve ocorrer conforme Lei Estadual 14.675/09, artigo 42.
- IV. Retificações e recurso administrativo relativos a presente licença devem ser encaminhados ao IMA no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de comunicação de expedição da presente licença.

Prazo de validade

(48) meses, a contar da data da assinatura digital.



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

http://consultas.ima.sc.gov.br/licenca/lic_digital_form

FCEI: 475921

CÓDIGO: 223027

N/A.

Condições de validade

exercidas no empreendimento de modo a científicá-los sobre a responsabilidade do atendimento às condicionantes e aos programas ambientais expressos nessa Licença e da necessidade de licenciamento de suas atividades, caso aplicável. Cópia do comunicado, assinado por ambas as partes, deve ser apresentada ao IMA e anexada ao processo de Licenciamento Ambiental em um prazo máximo de 60 dias a partir da emissão dessa Licença.

4.2 O empreendimento deverá manter todos os Programas Ambientais descritos nessa Licença.

4.3 A manutenção dos controles ambientais deverá ser realizada de forma regular pelo empreendimento.

4.4 O empreendedor, durante a operação do empreendimento, deve comunicar ao órgão ambiental competente a identificação de impactos ambientais não descritos nos estudos ambientais constantes no procedimento de licenciamento para as providências que se fizerem necessárias.

4.5 Deverá ser apresentado ao IMA, no prazo de 60 dias da emissão desta licença ambiental: (a) Habite-se expedido por órgão municipal; (b) relatório técnico fotográfico comprovando a execução do sistema de coleta e reaproveitamento de águas, o funcionamento deste, bem como a identificação das torneiras que utilizam água pluvial; (c) Relatório do transplante do indivíduo arbóreo *Syagrus romanzoffiana*.

Observações

I. Aplicam-se as restrições contidas no procedimento de Licenciamento Ambiental e na Legislação Ambiental em vigor.

II. Aplicam-se as condições de validade expressas neste documento e seus anexos.

III. Esta licença não autoriza o corte ou supressão de árvores, florestas ou qualquer forma de vegetação da Mata Atlântica.

IV. Cópia da presente licença deverá ser exposta em local visível do empreendimento.

V. De acordo com o artigo 40, Inciso III, parágrafo 4 da Lei Estadual 14.675/09, a renovação desta Licença Ambiental de Operação - LAO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença ambiental.

VI. Havendo alteração dos atos constitutivos do empreendimento, cópia da documentação deve ser apresentada ao IMA sob pena do empreendedor acima identificado continuar sendo responsável pela atividade / empreendimento licenciado por este documento.